



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION
BRASÍLIA/DF, 30 DE AGOSTO DE 2005.
ATA DA XII REUNIÃO DO CONSEA

1 Às nove horas e quarenta minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e cinco, no Auditório
2 do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/no, Brasília/DF, por
3 convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a Reunião Extraordinária do
4 Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da
5 República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Artigo 1o., Parágrafo
6 1o. Inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo
7 Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. PRESENTES: Registrou-se a presença dos membros
8 representantes da Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles
9 Placidino; Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza
10 Leite; Carlos Roberto Faccina; Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce
11 Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Elido Bonomo; Elza Maria Franco Braga;
12 Francisco Menezes; Gleyse Peiter; José Ribamar Araújo e Silva; Malaquias Batista Filho; Maria
13 Emília Pacheco; Moisés Machado; Naidison Quintella Baptista; Werner Fuchs; Regina da Silva
14 Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sonia Lúcia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira
15 Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Walter Belik; Zilda Arns. Registrou-se as presenças dos
16 seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Aldenora Pereira da Silva; Christiane
17 Gasparini Araújo Costa; Elisangela dos Santos Araújo; Estanislau da Silva Salles; José de Arimatéia
18 Rodrigues; Julian Perez Cassarino; Pedro Makumbundu Kitoko; Sillas Vieira. Registrou-se a
19 presença dos membros representantes do Governo Federal: André Spitz, Assessoria Especial do
20 Presidente da República; Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.
21 Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: Albaneide Peixinho,
22 Ministério da Educação - MEC; Maria Flor de Lis Sousa Lopes - MTE; Clóvis Sardinha, Ministério da
23 Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Márcia Lopes, Secretária Executiva do Ministério do
24 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Maria de Fátima Carvalho, Ministério da Saúde; Herlon

25 Almeida, Ministério do Desenvolvimento Agrário; Gilson Alceu Bittencourt, Ministério da Fazenda;
26 Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;
27 Dirce Margarete Grosz, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Roberto Vizentin, Ministério
28 do Meio Ambiente - MMA; João Carlos Machado, Ministério das Cidades. Registrou-se a presença
29 dos membros observadores: Selvino Heck, Assessoria Especial da PR; Maria Veloso, Conselho de
30 Desenvolvimento Econômico e Social; Flávio Luiz Schiek Valente, Relator dos Direitos Humanos,
31 Econômicos, Sociais e Culturais; Lana Magaly Pires - MCT. Registrou-se a presença dos seguintes
32 convidados e assessores: Adriana Aranha, MDS; Ana Flávia Rocha M. Souza, ABRANDH; Laura
33 Fernandes, Assessoria de Comunicação - ASCOM/CONSEA; Aloisio Melo, CONSEA; Bianca Lazarini,
34 MDS; Carolina Chagas, FNDE; Célia Regina de Souza, MDS; Cibele Cristina de Oliveira, MDS; Gilson
35 Zolet Vieira, CETAP Passo Fundo/RS; Giulio Cesare da Silva Tartaro, Presidente do COMSEAN -
36 Joinville; José Giacomo Baccarin, MDS/SESAN; Leonor Pacheco, MDS; Lucélia Luiz Pereira; Ludmila
37 Dantas Santos, FNDE; Marcelo Mina Dias, MDA; Marília Oliveira, ABRANDH; Marlene Rocha; Mônica
38 Kuhlmann, CONDRAF; Natalie Beghin, IPEA; Nilson Figueiredo Filho, MDS; Priscila Lopes Matoso,
39 FNDE; Rosana Ota, FNDE; Roseane Viana, MDS; Terezinha Maglia; Thaís Franceschini, ABRANDH.
40 Registrou-se as ausências: Altemir Tortelli (Justificada); Ana Maria Petronetto Serpa (Justificada);
41 Danilo Miranda (Justificada); Jorge Luiz Numa Abrahão (Justificada); Lea Lúcia Ceccílio
42 Braga (Justificada); Luiz Marinho (Justificada); Márcio Lopes Freitas (Justificada); Marcos César
43 Simarelli Winter (Justificada); Matias Martinho Lenz (Justificada); Nildes de Andrade (justificada);
44 Rolf Schünemann (Justificada); Silvio Caccia Bava (Justificada). PAUTA: PERÍODO DA MANHÃ - 1.
45 Aprovação da Ata da XI Reunião e da Pauta - 9h às 9:30; 2. Fome Zero - 9:30 às 11:15
46 (Pronunciamento do Ministro Patrus Ananias; Apresentação da Proposta Final do Grupo de Trabalho
47 Fome Zero; Debate; Encaminhamentos); 3. Informes - 11:15 às 11:45; e Encaminhamentos das
48 instâncias - 11:45 às 12:30. PERÍODO DA TARDE: 1. Videoconferência com CONSEAs Estaduais,
49 conforme programação prévia - 14h às 17h; 2. Encerramento da Plenária - 17h.

50 DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: O Senhor Francisco Menezes iniciou os trabalhos às 9h45,
51 saudando a todos os conselheiros, convidando a Senhora Márcia Lopes para compor a mesa como
52 representante do Ministro Patrus Ananias, junto com ele e o assessor do CONSEA, senhor Aloisio
53 Melo. Em seguida, o Presidente informou ao plenário sobre as atas da X e XI Reuniões Plenárias do
54 CONSEA, que com o esforço da Secretaria haviam sido elaboradas e que encontravam-se, ambas,
55 na pasta dos conselheiros. Informou, ainda, que a ata da XI reunião plenária foi finalizada de
56 última hora e reproduzida sem revisão, estando sujeita a um maior número de erros. Desta forma,
57 solicitou aos conselheiros que revisem as referidas atas e enviem correções para a Secretaria. Em
58 seguida, o presidente Francisco Menezes justificou a ausência do Ministro Patrus Ananias,
59 informando que o mesmo encontrava-se em viagem internacional de trabalho. Dando início às

60 atividades previstas na pauta de Reunião, a Secretária Executiva do MDS, Sra. Márcia Lopes,
61 apresentou a composição do Grupo de Trabalho (GT) Fome Zero, coordenado pelo MDS e tendo o
62 CONSEA como convidado, e informou que o Grupo discutiu as interfaces entre políticas públicas,
63 uma vez que o Fome Zero não era entendido como um programa específico, mas como uma
64 estratégia. Nas discussões do GT, continuou a Secretária Executiva, buscou se superar a tendência
65 anterior de que o "Fome Zero é tudo", incluindo todas as mobilizações para ação conjunta visando
66 melhorar a vida das pessoas. O GT buscou diferenciar o que era papel de Estado na implementação
67 das políticas sociais, em relação a essas iniciativas de mobilização. A Secretária Executiva do MDS
68 apresentou o conceito do Programa Fome Zero, como uma estratégia impulsionada pelo Governo
69 Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com
70 dificuldade de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar
71 e nutricional, e contribui para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania da
72 população mais vulnerável à fome. A Senhora Márcia Lopes informou que, na última reunião do GT
73 Fome Zero, identificou-se quais programas compunham o Fome Zero, retirando-se algumas ações e
74 incluindo-se outras, ressaltando ser importante a opinião dos conselheiros com relação a essa
75 seleção. Com essas definições, informou a Secretária Executiva, espera-se prestar contas à
76 população, contrapondo-se às visões de que o Fome Zero foi apenas um impulso inicial do Governo
77 ou uma ação de *marketing* que não "decolou". A Senhora Márcia Lopes acrescentou existirem 104
78 (cento e quatro) empresas parceiras do Fome Zero, bem como o Fundo de Combate à Pobreza,
79 cujas doações foram canalizadas para a construção de cisternas. A partir dos trabalhos do GT,
80 foram produzidas ações de comunicação, de monitoramento do impacto do Fome Zero e da
81 articulação com programas de parceiros, principalmente estaduais e municipais. Em seguida, a
82 Secretária Márcia Lopes passou a palavra para a Sra. Adriana Aranha, assessora do MDS para o
83 Fome Zero, que prosseguiu na apresentação. A Sra. Adriana Aranha destacou o Marco institucional
84 do Fome Zero, composto por: (1) articulação de Políticas Públicas Estaduais a partir do GT Fome
85 Zero, tendo como etapas a criação do MESA, a unificação dos Programas de Transferência de
86 Renda (Bolsa Família), a Criação do MDS, a definição de um escopo de programas e ações que
87 contribuem com o Fome Zero e a Integração dos Ministérios; (2) a construção participativa de uma
88 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com base na instalação do CONSEA
89 Nacional, no Estímulo a instalação de CONSEAs Estaduais, na Realização da 2a. Conferência
90 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- Mar/2004, na Regionalização da representação da
91 sociedade civil no CONSEA), em conquistas importantes (como o PAA, o aumento do *per capita*
92 financeiro do PNAE, o controle social do Bolsa Família e sua ampliação para populações específicas
93 com acompanhamento da implementação), no acompanhamento da elaboração da proposta
94 orçamentária 2006 da Segurança Alimentar e Nutricional e na elaboração de proposta de Lei

95 Orgânica de Segurança alimentar e Nutricional – LOSAN; e (3) Mobilização da Sociedade Contra a
96 Fome, incluindo ações de mobilização, educação e cidadania, além de doações e parcerias
97 permanentes, integradas e articuladas. A Assessora do Fome Zero informou que o GT funcionou
98 composto da seguinte forma: (1) GT Pleno, coordenado pelo Ministro do MDS e contando com a
99 participação dos Ministros da Casa Civil da Presidência da República, Secretaria Geral da
100 Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da
101 Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do
102 Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura,
103 Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda
104 e Ministério do Trabalho e Emprego, além da Assessoria Especial da Presidência da República; (2)
105 GT técnico, com representantes dos Ministérios e CONSEA (convidado), sob a coordenação da
106 Secretária Executiva do MDS; (3) Grupo de Comunicação, com SECOM e ASCOMS; e (4) Grupo de
107 Monitoramento e Avaliação, com Casa Civil, MP, IPEA e MDS. Em seguida, a Sra. Adriana Aranha
108 considerou que o Fome Zero é parte das diretrizes da Segurança Alimentar e Nutricional e promotor
109 desta, a qual, no entanto, é mais ampla e não se resume ao combate à fome e à extrema pobreza,
110 que são o objeto do Fome Zero. Em seguida, apresentou as premissas do Fome Zero, quais sejam:
111 (1) no Brasil, a fome decorre de problemas de acesso aos alimentos, não de disponibilidade; (2) os
112 princípios do Fome Zero são a transversalidade / intersectorialidade, parceria com a sociedade,
113 equidade (atentando para as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas, que
114 discriminam principalmente negros e indígenas), a convergência das ações de governo, articulando
115 orçamento e gestão, e a articulação de ações estruturantes e medidas emergenciais; (3) o Fome
116 Zero como promotor da segurança alimentar e nutricional, da garantia do direito humano à
117 alimentação adequada e do respeito à Soberania Alimentar; e (4) o Fome Zero como contribuição
118 para a inclusão social e erradicação da extrema pobreza. O seu objetivo principal é erradicar a fome
119 no Brasil, promovendo a inclusão social da população com dificuldade de acesso aos alimentos,
120 tendo como público alvo a população brasileira com dificuldade de acesso aos alimentos. Os
121 Ministérios executores foram: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o
122 Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Ministério da Saúde; o Ministério da Educação; o
123 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministério do Trabalho e Emprego; e o
124 Ministério da Integração Nacional. Os eixos articuladores do Fome Zero são a ampliação do acesso
125 aos alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de processos de inserção
126 produtiva e a articulação e mobilização. Em seguida, a Assessora do Fome Zero passou a elencar as
127 realizações em cada Eixo, iniciando pelo Eixo 1 - Ampliação do acesso aos alimentos: (a)
128 Transferência de renda – Programa Bolsa Família, com 7,5 milhões de famílias atendidas (67% das
129 famílias pobres, 30 milhões de pessoas) em todos os 5.562 municípios brasileiros; o repasse médio

130 por família cresceu de R\$ 24,75 em 2003 para R\$ 64,83 em julho de 2005; meta para 2005: 8,7
131 milhões de famílias, com investimento de R\$ 6,5 bilhões; acompanhamento das condicionalidades
132 na Educação (98% das crianças com frequência regular, cobrindo 79% das escolas e 96% dos
133 municípios) e na Saúde (Pesquisa do MDS constatou que 85,6% das gestantes e 86,6% das
134 crianças são acompanhadas e 98,1% das crianças são vacinadas; (b) Programas de Alimentação e
135 Nutrição, incluindo: Alimentação Escolar (37 milhões de crianças e adolescentes beneficiários;
136 aumento de 3 vezes o valor *per capita* repassado para a Pré-escola e benefício estendido a 881 mil
137 crianças de 18 mil creches públicas e filantrópicas; aumento de 40% no valor *per capita* repassado
138 para o Ensino Fundamental; e aumento de 160% no valor *per capita* repassado Escolas de
139 comunidades indígenas e quilombolas); Sistemas públicos locais de segurança alimentar e
140 nutricional (32 Restaurantes Populares com capacidade de atender 46.000 refeições/dia; 25 bancos
141 de alimentos implantados; 22 mil famílias abastecidas por hortas comunitárias); Acesso à água
142 (79,2 mil cisternas construídas, beneficiando mais de 300 mil pessoas, com previsão de construção
143 de 50 mil cisternas para 2005); Prevenção e controle das carências nutricionais (Suplementação de
144 Ferro e Vitamina A); SISVAN; Alimentação para Populações Tradicionais e Grupos Vulneráveis
145 (Distribuição de 2,3 milhões de Cestas de Alimentos de 2003 até junho de 2005; promoção de SAN
146 dos povos indígenas); (c) Acesso à informação sobre Nutrição e Alimentação Saudável (57 milhões
147 de cartilhas educativas distribuídas); (d) Incentivos Fiscais (Alimentação do Trabalhador - PAT); e
148 (e) Desoneração da cesta básica de alimentos. No Eixo 2 - Fortalecimento da Agricultura Familiar,
149 as principais realizações foram: (a) Pronaf: 1,69 milhão de operações de agricultores familiares
150 financiadas na safra 2004-2005, totalizando R\$ 6,1 bilhões, com crescimento de 156% em relação
151 à safra 2002-2003; em 2004, mais 430 mil agricultores familiares passaram a acessar o crédito,
152 principalmente nas regiões Norte e Nordeste; foi criado o Seguro da Agricultura Familiar (R\$ 600
153 milhões em prêmios a serem pagos na safra 2004-2005, para um montante segurado de R\$ 2,3
154 bilhões, referente a 560 mil contratos); e o Garantia-Safra (250 mil famílias com cobertura, das
155 quais 65 mil receberam R\$ 35 milhões); (b) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura
156 Familiar (PAA): 120 mil agricultores familiares beneficiados desde 2003, com 4,7 milhões de
157 pessoas atendidas e R\$ 425 milhões investidos; Programa do Leite, com 17,8 mil produtores
158 familiares beneficiados, 2,6 milhões de pessoas atendidas e R\$ 218 milhões investidos. No Eixo 3 -
159 Promoção de Processos de Geração de Renda, a Assessora Adriana Aranha destacou as seguintes
160 realizações: Qualificação social e profissional (142,3 mil trabalhadores qualificados); Economia
161 solidária e inclusão produtiva (incluindo a organização produtiva de comunidades pobres; o
162 desenvolvimento de cooperativas de catadores; e o microcrédito produtivo orientado); realização
163 de 27 fóruns estaduais de economia solidária e 22 mil empreendimentos mapeados; e 3,9 milhões
164 de contas simplificadas abertas (isentas de tarifa e sem exigência de comprovante de renda e de

165 endereço). Finalmente, no Eixo 4 - Articulação e Mobilização, foram destacadas as seguintes
166 realizações: Casa das Famílias (Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, com 1.006
167 unidades em funcionamento, atendendo 265 mil famílias e cerca de 1 milhão de pessoas em 734
168 municípios, sendo que 38 atendem comunidades quilombolas e 59 povos indígenas); Mobilização
169 social e educação cidadã (capacitação de 1000 mobilizadores em educação alimentar e nutricional
170 em sete capitais); Mutirões e doações (13,8 milhões de doações); Parcerias com empresas e
171 entidades (mais de 100 ONGs parceiras no combate à fome e na educação cidadã, além de 102
172 parceiros do Fome Zero credenciados e 39 com ações estruturantes de geração de trabalho e
173 renda); Capacitação de agentes públicos e sociais; Controle social: ação junto a conselhos da área
174 social (CONSEA, CNAS, CNSA, CAE etc). Em seguida, a Assessora do Fome Zero apontou os
175 aspectos inovadores do Fome Zero, destacando: o grau de prioridade dado ao combate à extrema
176 pobreza e à fome na agenda nacional e internacional; a coordenação e integração dos ministérios
177 na concepção, planejamento, implementação e monitoramento das ações visando ampliar a
178 inclusão social e a cidadania; a articulação entre ações estruturantes e emancipatórias e medidas
179 emergenciais; a participação e controle da sociedade no processo; o foco nas famílias e atenção
180 para a questão da territorialidade. Em seguida, a senhora Adriana Aranha destacou, como aspecto
181 inovador do Fome Zero, a integração das atuações de vários Ministérios em torno dos Programas
182 que compõem essa estratégia. Destacou também a combinação de atuação emergencial (garantia
183 de direitos) com a estrutural (transformação da realidade), caracterizando o Desenvolvimento com
184 Inclusão Social; a transversalidade e intersetorialidade, focando as famílias (com destaque para
185 crianças e adolescentes, gestantes e nutrízes, idosos) e os territórios para as várias ações setoriais,
186 incluindo educação, saúde, trabalho, abastecimento alimentar, agricultura familiar,
187 desenvolvimento agrário e desenvolvimento social. Em termos de orçamento, o valor previsto para
188 o ano de 2005 para o Fome Zero, informou a Senhora Adriana Aranha, somou o valor de R\$
189 12.029.420.137,00 (doze bilhões, vinte nove milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e trinta e sete
190 reais), distribuído nos quatro eixos, com crescimento de 82% em relação ao ano de 2004. Com
191 relação às metas do milênio, o Fome Zero colabora para o alcance de cinco dos oito Objetivos de
192 Desenvolvimento do Milênio, quais sejam: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o
193 ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4.
194 Reduzir a mortalidade na infância; 5. Melhorar a saúde materna. A Assessora do Fome Zero
195 acrescentou ainda que, de qualquer forma, se é fato que o Brasil está prestes a atingir as duas
196 metas do objetivo 1 de Desenvolvimento das Metas do Milênio, o Governo Brasileiro apenas ficará
197 satisfeito quando o número absoluto de brasileiros na extrema pobreza acabar e a sociedade for
198 mais igualitária. Concluindo, a Senhora Adriana Aranha informou que o Grupo de Trabalho
199 recomendou a manutenção do GT Fome Zero, com reunião mensal do Grupo Técnico; a

200 implantação de uma política de comunicação do Fome Zero; o monitoramento e avaliação de
201 impactos; e a articulação com os outros programas que contribuem com o Fome Zero (Programas
202 Parceiros do Fome Zero). Concluída a apresentação, o Presidente do CONSEA agradeceu o esforço
203 de rapidez e abriu o debate sobre o assunto. O representante da Assessoria Especial da PR, Selvino
204 Heck, informou que desde 2003, há o Programa “Escolas Irmãs” e solicitou que fossem distribuídas
205 cópias para os conselheiros do material que a Assessoria disponibilizou, acrescentando que o
206 Programa encontra-se em andamento e atualmente busca-se dar dimensão nacional ao mesmo. A
207 observadora Andréa David informou que, quinze dias antes, firmou-se convênio para o ano de 2005
208 no valor de cerca de R\$ 4 milhões, abrangendo todas as Unidades da Federação; há a previsão de
209 que cem pessoas sejam liberadas para atuar no Programa em todo o país; as informações serão
210 disponibilizadas no *site* do CONSEA, propondo-se a parceria com os CONSEAs Estaduais. A
211 Conselheira Elza Braga considerou que o Programa Fome Zero e o Bolsa Família conseguiram
212 avanços significativos; no caso do Bolsa Família, estes deverem-se principalmente à ousadia da
213 meta; no entanto, o federalismo engessa os programas e esse novo paradigma para as políticas
214 sociais. A Conselheira Elza Braga acrescentou que esses entes não podem ser ignorados, mas é
215 necessário diversificar as parcerias; no Estado do Ceará, há maiores avanços com os órgãos
216 federais do que com os estaduais e também com os municipais, sendo o repasse Federal
217 correspondente a 13% do PIB do Estadual, de forma que o Governo Federal pode exigir maior
218 seriedade e investimentos. A Conselheira Sônia Lucena parabenizou a Assessora do MDS Adriana
219 Aranha, mas considerou haverem faltado algumas informações importantes, como as do Programa
220 Educação à Mesa, que tem resultados positivos e recebeu investimentos significativos; destacou
221 também a proposta do restaurante-escola, que é inovadora e pode ajudar a formar pessoas para o
222 mercado de trabalho de alimentação, que é muito informal. Além disso, a Conselheira Sônia Lucena
223 considerou que faltaram informações sobre os CONSADs, talvez porque tenham sido desativados; e
224 enfatizou a necessidade de esforço concentrado para o Sistema de Vigilância Alimentar e
225 Nutricional - SISVAN, pois este não conseguiu avançar e é base para o monitoramento; propôs
226 ainda a avaliação do programa do leite e questionou os critérios para escolha dos avaliadores. O
227 Conselheiro José Ribamar identificou recuos no Fome Zero, pois vinha fazendo enquetes informais
228 com crianças e lavadores de carro, os quais não sabiam dizer se estavam no Programa Fome Zero
229 ou no Bolsa Família, mas diziam ser do Bolsa Escola; isso indica, na sua avaliação, a falta
230 comunicação das ações federais. O Conselheiro José Ribamar registrou dúvidas quanto ao controle
231 social do Bolsa Família e ao empoderamento dos Comitês Gestores; e citou ainda como avanço
232 importante a reestruturação da CONAB, que estava em vias de extinção, manifestando
233 preocupação com notícias de redução de recursos de compra direta especial. O Conselheiro Pr.
234 Werner Fuchs solicitou esclarecimentos sobre a notícia veiculada nos jornais de que o Fome Zero

235 teria orçamento de dezesseis milhões de reais para publicidade, questionando-se sobre o que
236 poderia ser feito com esse dinheiro. O Conselheiro José de Arimatéia abordou a mobilização em
237 torno do Fome Zero, ressaltando o investimento inicial para promover uma participação da
238 sociedade; dada a importância da mobilização, enfatizou a necessidade de ampliar a dotação
239 orçamentária para 2006, conforme encaminhado pelo CONSEA. O Falta maior incentivo e aporte
240 para informações sobre recursos para ações estruturantes. O Conselheiro José de Arimatéia
241 expressou a necessidade de expansão e disseminação da informação sobre as ações estruturantes
242 e de programas específicos do Fome Zero para grandes cidades, a exemplo do que existe para a
243 área rural. Finalmente, o Senhor José de Arimatéia destacou a importância, no Nordeste, das
244 parcerias com as prefeituras, o que deve ser potencializado; citou o exemplo de Pombal - PB, onde
245 mais de duzentas famílias devolveram espontaneamente os cartões, pela mobilização promovida
246 pela sociedade civil e pela Prefeitura. O Conselheiro Renato Maluf parabenizou o Grupo de Trabalho
247 pelo avanço conceitual, o que permitiu maior precisão para orientar a ação, restando a questão de
248 como operar com enfoque intersetorial e como coordenar as ações; questionou se essa função
249 poderia ser desempenhada pelo Grupo de Trabalho Fome Zero e se, caso a LoSAN seja aprovada e
250 seja criado o Comitê Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, se não seria necessário
251 rever essa arquitetura. O Conselheiro Ubiraci Dantas registrou que, partindo do princípio que na
252 sociedade há aliados e também inimigos e que essas informações precisam chegar a toda a Nação,
253 para fazer frente às críticas que atacam não os problemas, mas justamente os avanços. Para isso,
254 complementou o Senhor Ubiraci Dantas, será necessário uma campanha muito intensa para que as
255 pessoas não sejam envolvidas pela mídia. Finalmente, o Conselheiro demonstrou preocupação com
256 o PAA, diante da informação sobre o fechamento de pólos de compras em vários estados, o que
257 significa retroceder numa das principais conquistas; diante disso, destacou a urgência de ter
258 recursos para avançar essas ações, ao invés de ficar contingenciando recursos para atender a
259 interesses externos. A Conselheira Zilda Arns informou que a Pastoral da Criança está presente em
260 trinta e oito mil comunidades e 76% (setenta e seis por cento) dos municípios e que, da mesma
261 forma, o Fome Zero tem que chegar até os municípios e não ficar no meio do caminho. Para isso,
262 propôs que os CONSEAS Estaduais façam os programas acontecerem nos municípios, sendo
263 necessários investimentos na capacitação dos conselhos locais social, o que deve ser feito pelos
264 CONSEAs Estaduais. A Senhora Zilda Arns questionou as referências à falta de vigilância alimentar e
265 nutricional - VAN, pois nunca se pesou tanta criança no país, graças à atuação da Pastoral da
266 Criança; a incidência de desnutrição entre crianças passou de dezesseis pontos percentuais para
267 cinco pontos (quatro, onde atua a Pastoral), sendo que a estabilidade da moeda permitiu que as
268 famílias consumam mais. Finalmente, a Conselheira Zilda Arns colocou a necessidade de programas
269 estruturantes, pois não basta ter alimentação, e sim a cidadania; e enfatizou a necessidade de

270 sistema de informação para que os Conselhos Estaduais as repassem aos municípios, criando
271 mecanismo de mão dupla, que chegue às comunidades. O Conselheiro Sillas Vieira dos Santos disse
272 que se vive um desconhecimento geral, inclusive por parlamentares, sobre o que o Fome Zero faz.
273 Considerou que houve um erro de mídia no início do Governo e também erro estratégico de criar o
274 MESA, o que não foi corrigido, do ponto de vista do público e dos parlamentares, de forma que é
275 dever do poder público prestar contas do seu trabalho. O Senhor Sillas Vieira destacou o
276 reconhecimento aos avanços na CONAB, mas citou haver ainda resistências, inclusive dentro do
277 próprio órgão, principalmente por funcionários mais antigos. Finalmente, o Conselheiro Sillas Vieira
278 questionou qual o modelo agrícola defendido pelo governo, tendo em vista os poucos recursos para
279 o PAA, diante daqueles disponibilizados para o agronegócio, e considerando ainda que as
280 solicitações do CONSEA não foram atendidas, inclusive para 2006. O Conselheiro Altemir Tortelli
281 apontou dois desafios e limites encontrados pelo Fome Zero: (1) o controle social, pelo risco de
282 continuidade da política e baixa participação se a sociedade, nos diferentes níveis, não tiver acesso
283 à informação e participação de igual para igual com o poder público; e (2) e a relação entre as
284 políticas emergenciais e as estruturais, tendo em vista o insignificante orçamento do PAA,
285 comparado com o conjunto de recursos do Fome Zero ou mesmo com o Plano de Safra da
286 Agricultura Familiar. O Conselheiro Altemir Tortelli registrou o entendimento de que, caso não se
287 discuta o assunto, a população vai continuar com a visão de que se trata apenas de distribuição de
288 alimentos. O Conselheiro Martinho Lenz parabenizou a apresentação e reiterou o interesse
289 internacional sobre o Fome Zero, como viu recentemente em Roma. Quanto aos impactos,
290 considerou que, no início, o Cartão Alimentação era por seis meses, passível de renovação, mas
291 que a constatação da gravidade da pobreza justificou seu caráter continuado. O Conselheiro
292 Martinho Lenz relatou ainda que, em debates promovidos pela CNBB, identificou-se a falta de
293 articulação entre os parceiros, tendo em vista a sobreposição de auxílios e a falta de estratégia
294 para portas de saída. Retomou o problema da exigüidade dos recursos e da opção por um modelo
295 de agricultura sobre o qual o Fome Zero deve se posicionar. Finalmente, informou sobre a grande
296 mobilização promovida pela CNBB de 25 a 29 de outubro, com quatro eixos de discussão, sendo
297 um deles a agricultura familiar e o modelo de desenvolvimento; e citou a Conferência Internacional
298 sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, prevista para o período de 27 e 30/03/2006, em
299 Porto Alegre – RS. Encerradas as colocações dos conselheiros, o Presidente do CONSEA passou a
300 palavra ao Secretário Onaur Ruano, que apresentou esclarecimentos sobre o PAA: que não seria
301 adequado nem viável separar agricultores familiares por produtos, como produtores de grãos e
302 produtores de leite; que o PAA utiliza-se dos critérios de enquadramento do PRONAF e busca-se
303 atender os agricultores familiares de menor porte nas compras; que o crescimento do orçamento
304 do Programa tem sido continuado, juntamente com outros parâmetros, como número de famílias

305 atendidas, área de abrangência, volumes adquiridos e contrapartidas municipais; que para 2005
306 conseguiu-se mais setenta milhões de reais, com possibilidade de quase duplicação dos recursos
307 para 2006. O Conselheiro Altemir Tortelli interveio, citando dados da CONAB que mostraram a
308 redução dos recursos. Após o aparte, o Secretário Onaur Ruano prosseguiu, informando que já
309 haviam sido repassados setenta e seis milhões de reais para a CONAB, sendo aplicados cinquenta e
310 seis milhões de reais e destinados outros dez milhões para a operacionalização, ao passo que, para
311 o PAA-Leite, foram alocados cento e oito milhões de reais; que não se pode fracionar o Programa,
312 devendo-se manter a visão do Programa como um todo; que a previsão de repasse de recursos de
313 2005 está sendo executada conforme previsto, não se devendo criar demanda acima da capacidade
314 de atendimento; e que a suplementação para o PAA-Leite foi necessária, considerando os aditivos
315 aos convênios em vias de se encerrar. O Secretário comprometeu-se a conversar com a CONAB
316 sobre a notícia do fechamento de pólos de compra e destacou que não houve problema de
317 contingenciamento de recursos para o PAA, inclusive com crescimento para 2006. Acrescentou
318 ainda ser o leite a melhor opção de produção e venda da agricultura familiar no Nordeste e que
319 estavam sendo feitas audiências públicas para debater a condução do Programa com parceiros e
320 sociedade. O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional colocou-se à disposição para
321 o debate e concluiu concorda quanto à falta de interlocução formal sobre o PAA, pois o Grupo
322 Gestor atua na normatização, mais que na articulação do Programa. Para o encaminhamento das
323 questões apresentadas, o Presidente do CONSEA apresentou a proposta, elaborada pela Câmara
324 Temática 1, de realizar uma reunião entre os Secretários do MDS, MDA, CONAB e 3 representantes
325 da Câmara. O Presidente Francisco Menezes consultou os conselheiros quanto à proposta, a qual
326 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra à Secretária-
327 Executiva do MDS, Senhora Márcia Lopes, que afirmou que levará as contribuições apresentadas
328 para o GT Fome Zero e concordou quanto aos limites na comunicação e na informação, o que já
329 vinha sendo discutido com a SECOM e outras instâncias. A Secretária-Executiva informou ainda que
330 o Ministro Patrus e ela própria participarão de conferências nos Estados, onde fariam
331 esclarecimentos sobre as ações do Governo Federal e sobre os volumes repassados aos Estados,
332 sempre superiores a quinhentos milhões de reais por ano. Em seguida, a Senhora Márcia Lopes
333 respondeu à Conselheira Sonia Lucena, registrando que educação alimentar está contemplada no
334 eixo de Informação/Educação do Fome Zero; quanto a isso, apresentou o Caderno de Estudos
335 sobre os impactos do Bolsa Família e disse que o MDS disponibilizará na internet a matriz com as
336 informações sobre as ações em todos os Municípios e em todos os Estados. Prosseguindo nos
337 esclarecimentos, a Secretária-Executiva do MDS informou estar em conclusão, naquele momento, a
338 primeira licitação do Ministério, no valor de dez milhões de reais, para publicações e para
339 veiculação na mídia sobre os seus Programas; foi um processo licitatório longo e isento, sem

340 questionamentos, resultando em duas empresas vencedoras. A Sernhora Márcia Lopes citou ainda
341 as ações recentes do Governo Federal, com destaque para os vários editais do MDS; as audiências
342 públicas do PAA-Leite; a ampliação das ações da área de assistência social; e as emendas
343 parlamentares liberados em agosto. Destacou que, para ações de inclusão produtiva, serão
344 executados pelo MDS quarenta milhões de reais em 2005, além do TEM, com projeto de inclusão
345 de jovens em parceria com universidades, entre outras ações. Com relação ao controle social do
346 Bolsa Família, ressaltou que a publicação da Portaria do MDS trouxe avanços fundamentais, como a
347 adesão dos municípios, a revisão dos cadastros dos beneficiários e a liberação de apoio financeiros
348 aos municípios para essa finalidade. Finalmente, a Senhora Márcia Lopes agradeceu ao Grupo de
349 Trabalho Fome Zero pela apresentação, bem como as observações e críticas apresentadas pelos
350 Conselheiros, as quais serão levadas ao Grupo e contribuirão para o permanente esforço de
351 aprimoramento do Fome Zero. Concluído esse ponto da pauta, o Presidente Francisco Menezes
352 apresentou os informes sobre as atividades desenvolvidas pela Presidência do Conselho desde a
353 última plenária (28 e 29 de junho de 2005): centrou-se os maiores esforços no encaminhamento e
354 acompanhamento dos dois temas que foram trabalhados como pontos principais da plenária de
355 junho: o Orçamento 2006 para a Segurança Alimentar e Nutricional e a LOSAN. Em relação ao
356 primeiro ponto, foram efetuadas reuniões com os Ministérios da Saúde (CGPAN e Secretária
357 Executiva) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Secretaria de Renda e Cidadania) e,
358 também, com o Ministério da Educação (FNDE); no que se refere à LOSAN, foram efetuadas três
359 reuniões com a Casa Civil, visando dar seguimento à preparação da proposta do Projeto de Lei
360 Orgânica de SAN, aprovada na última plenária, para garantir sua apresentação no Congresso
361 Nacional, ainda em setembro. O Presidente do CONSEA informou ainda que outras atividades foram
362 desenvolvidas nesse ínterim para uma maior divulgação e estabelecimento de parcerias e ações
363 conjuntas: (1) em 4 de julho de 2005, houve a segunda reunião do GT Santo Amaro da Purificação,
364 de caráter interministerial, convocada pela Presidência da República, atendendo solicitação do
365 CONSEA, com a finalidade de discutir a atuação do Governo Federal para enfrentar o problema da
366 contaminação de chumbo naquele município, com participação, pelo CONSEA, de Francisco
367 Menezes e dos Conselheiros Ana Placidino e Pedro Kitoko; (2) em 7 de julho de 2005: Seminário
368 "Obesidade, Atividade Física e Alimentação Saudável: os desafios para a saúde pública", em Belo
369 Horizonte (MG), promovido pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, com participação
370 do presidente do CONSEA, Francisco Menezes, que proferiu palestra sobre "O trabalho do CONSEA
371 em torno do tema da Alimentação Saudável"; (3) em 11 de julho de 2005: Seminário "Fim dos
372 camponeses, fome no mundo! Consumir diferentemente para uma agricultura sustentável - quais
373 os papéis das coletividades locais?", organizado por CFSI e IBASE, contando com a participação do
374 Presidente do CONSEA, do Conselheiro Carlos Eduardo Leite (SASOP), de Adriana Aranha (MDS),

375 Daniel Balaban (FNDE/MEC) e de representantes de quatro prefeituras brasileiras, entre os quais o
376 Prefeito Raimundo Angelin, de Rio Branco (AC); (4) em 13 de julho de 2005: Seminário Franco-
377 Brasileiro da Sociedade Civil, no Conselho Econômico e Social da França, com participação do
378 Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, na mesa "Economia Solidária, Segurança Alimentar e
379 Finanças Solidárias"; (5) em 26 de julho de 2005: Reunião na Casa Civil com os srs. Darci
380 Bertholdo, Ricardo Karan e Luis Henrique (Casa Civil) e Arlindo Miranda (MDS), com participação,
381 representando o CONSEA, do seu Presidente Francisco Menezes, de Renato Maluf e Aloísio Melo;
382 (6) em 29 de julho de 2005: primeira reunião da comissão encarregada da avaliação das
383 candidaturas ao Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, da ONG Apoio Fome Zero, em São
384 Paulo, coordenada pelo conselheiro Walter Belik, com a participação do presidente do CONSEA
385 Francisco Menezes; (7) em 4 de agosto de 2005: Reunião, no FNDE, do Presidente do CONSEA com
386 o Sr. José Henrique Paim, Presidente do FNDE, e o Sr. Daniel Balaban (DIRAE/FNDE), discutindo a
387 proposta aprovada no CONSEA sobre o orçamento da Alimentação Escolar para 2006 e o
388 andamento do trabalho realizado pelo Sub-Grupo que está preparando a proposta de Lei da
389 Alimentação Escolar; (8) em 4 de agosto de 2005: terceira reunião do GT Santo Amaro da
390 Purificação, com a presença do Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, e da Conselheira Ana
391 Placidino, contando ainda com a presença do Prefeito de Santo Amaro, tendo ocorrido informe
392 sobre a visita que a subcomissão do Governo Federal fez na cidade, bem como os desdobramentos
393 desta visita, a serem encaminhados; (9) em 5 de agosto de 2005: Reunião, na CGPAN (MS), do
394 Presidente do CONSEA e Denise Oliveira, com a Coordenadora Ana Beatriz Vasconcellos e com
395 Fátima Carvalho, tendo sido tratado da proposta, aprovada no CONSEA, de incluir no Orçamento
396 para 2006 uma dotação para o incentivo financeiro aos municípios, no SISVAN; (10) em 8 de
397 agosto de 2005: Reunião do Presidente do CONSEA e Aloísio Melo com Mônica Libório, do
398 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para tratar do andamento da proposta do
399 CONSEA e dos próximos passos para seu encaminhamento; (11) em 8 de agosto de 2005: Reunião,
400 no Ministério da Saúde, do Presidente do CONSEA e Denise Oliveira com o Secretário Executivo
401 José Agenor Álvares da Silva e a Ana Beatriz Vasconcellos e Marília Leão, pela CGPAN, tendo se
402 tratado da previsão de recursos para o incentivo financeiro aos Municípios para o SISVAN, proposta
403 aprovada no CONSEA; (12) em 9 de agosto de 2005: II Seminário Nacional "Caixa: Nós Podemos",
404 no âmbito da Semana Nacional da Cidadania, no qual o CONSEA foi representado pelo Conselheiro
405 Danilo Miranda, que proferiu palestra sobre o tema "Responsabilidade Social e o cumprimento dos
406 Objetivos do Milênio: desafios e estratégias para articulação e mobilização da sociedade"; (13) em
407 9 de agosto de 2005: também como uma atividade na Semana da Cidadania, realizou-se a 4a.
408 Reunião dos Conselhos de Políticas Públicas, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto,
409 coordenado pelo Presidente do CONSEA, tendo sido distribuído informe específico aos conselheiros;

410 (14) em 12 de agosto de 2005: Reunião, na Secretaria de Renda e Cidadania (SENARC) do
411 Ministério do Desenvolvimento Social, participando o Presidente do CONSEA, Rosani Cunha e
412 auxiliares do MDS e Ana Beatriz e auxiliares da CGPAN, para examinar possibilidades de fonte de
413 recursos para o incentivo financeiro aos Municípios para o SISVAN, sem que se chegasse a uma
414 solução de fonte para os recursos requeridos; (15) em 17 de agosto de 2005: Sessão Solene em
415 homenagem a Dom Mauro Morelli, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, a que
416 o Presidente do CONSEA compareceu; (16) em 17 de agosto de 2005: Reunião do Presidente do
417 CONSEA e Renato Maluf com o Ministro Patrus Ananias e sua assessora Adriana Aranha, discutindo
418 sobre a conjuntura e o CONSEA, os encaminhamentos da proposta da LOSAN e a pauta da XII
419 reunião do CONSEA; (17) em 17 de agosto de 2005: Reunião na Casa Civil com a Sra. Tereza Cotta
420 e Ricardo Karan (Casa Civil), Nathalie Beghin (IPEA) e Arlindo Miranda (MDS) para discutir a
421 proposta de LOSAN, a partir das sugestões de alterações apresentadas pela Casa Civil, definindo-se
422 que o CONSEA apresentaria uma contraproposta; (18) em 18 de agosto de 2005: Seminário
423 "Alimentação Escolar: Uma política de Segurança Alimentar", organizado pelo CONSEA-Ceará e
424 FNDE, em Fortaleza (CE), com a presença do Presidente do CONSEA que proferiu palestra sobre "A
425 política de Alimentação Escolar e o CONSEA"; (19) em 23 de agosto de 2005: quarta reunião do GT
426 Santo Amaro da Purificação, com a presença do presidente do CONSEA, na qual se definiu uma
427 coordenação para dar seguimento aos trabalhos, discutiu-se os limites da ação do Governo Federal
428 nesta questão e traçou as diretrizes de um planejamento para sua ação; (20) em 23 de agosto de
429 2005: Reunião na Casa Civil com a sra. Tereza Cotta e Ricardo Karan (Casa Civil), Nathalie Beghin
430 (IPEA), Onaur Ruano (Secretário de Segurança Alimentar do MDS) e Arlindo Miranda (MDS) e,
431 representando o CONSEA, seu Presidente, Renato Maluf e Aloísio Melo, para discussão da proposta
432 de LOSAN, a partir da contraproposta apresentada pela Presidência do CONSEA, agendando-se
433 nova reunião para fechamento do texto definitivo; (21) em 24 de agosto de 2005: Reunião na
434 FUNASA (MS) do Presidente do CONSEA e Aloísio Melo, com o presidente da Fundação, Sr. Paulo
435 Lustosa e as técnicas Aline Caldas e Elaine Pasquim, para tratar, com o novo presidente da
436 FUNASA, da necessidade de continuidade da implantação da proposta do SISVAN Indígena; (22)
437 em 25 de agosto de 2005: posse dos conselheiros do COMSEA de Contagem (MG), com a presença
438 do Presidente do CONSEA; (23) em 25 de agosto de 2005: Reunião do Conselho Consultivo e de
439 Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, no Ministério do
440 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na qual o Presidente do CONSEA foi representado pelo
441 conselheiro Pe. Matias M. Lenz, sendo que a reunião marcou a retomada das atividades desse
442 Conselho, havendo informe específico sobre a mesma na pasta dos conselheiros. Ainda quanto às
443 atividades da Presidência do CONSEA, constou do informe o convite para participar da Oficina
444 "Alimentação saudável para os povos de língua portuguesa", promovido pela OMS, a ser realizado

445 em Lisboa, nos próximos dias 1 e 2 de setembro; porém, tendo em vista a realização do Encontro
446 de CONSEAs Estaduais, deu-se preferência à permanência em Brasília, sendo o presidente do
447 CONSEA representado pela Sra. Ana Beatriz Vasconcellos, que já estaria participando do evento.
448 Informou-se ainda sobre o convite recebido pelo Presidente do CONSEA para uma série de
449 palestras na Cidade do México, nos dias 20 e 21 de setembro, visando discutir a experiência
450 brasileira do CONSEA e da criação de um sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o
451 convite ao Presidente do CONSEA partiu do Deputado Victor Suarez, que pretende apresentar uma
452 proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e criação de um CONSEA nesse país. Além dos
453 informes sobre as atividades e compromissos da Presidência do CONSEA, o Senhor Francisco
454 Menezes relatou que, pela primeira vez, o CONSEA definiu uma planilha com propostas ao Projeto
455 de Lei Orçamentária de 2006 e fez gestões junto aos órgãos responsáveis, com destaque para o
456 FNDE/MEC, o Ministério da Saúde e o MDS, visando viabilizar as propostas. O Presidente do
457 CONSEA relatou sua preocupação com a situação de fortes restrições orçamentárias que encontrou,
458 não se tendo ainda um balanço de como ficaram as propostas dos diversos órgãos. O Presidente do
459 CONSEA acrescentou a avaliação de que é necessário termos programas eficientes, mas não é
460 possível aceitar o discurso de que não é necessário muitos recursos para a área social, dada a
461 desigualdade existente na sociedade brasileira. Dessa forma, mesmo havendo a possibilidade de
462 suplementação orçamentária ao longo de 2006, o Presidente Francisco Menezes considerou
463 necessário um sinal de alerta quanto às restrições orçamentárias para a área social. Em seguida, o
464 Secretário do CONSEA, Ministro Patrus Ananias, apresentou seus informes, iniciando por relatar o
465 sucesso do Seminário das Comunidades Tradicionais, tendo sido definidas propostas para a
466 representação da sociedade civil na Comissão Nacional Comunidades Tradicionais. Quanto ao
467 Orçamento, o Ministro Patrus Ananias informou que não houve problemas de contingenciamento
468 em 2005, sendo que a definição final do Projeto de Lei Orçamentária de 2006 deverá ocorrer ainda
469 no final da tarde do dia 30 de agosto. Continuando, o Ministro informou que conseguiu-se limites
470 extra-teto e que os montantes que não puderem ser garantidos naquele momento, poderão vir
471 como crédito suplementar em 2006. Há diálogo com parlamentares para se direcionar emendas
472 para programas prioritários, prevendo-se montante de duzentos e cinquenta milhões de reais para
473 essas emendas, podendo o CONSEA também fazer gestões sobre isso. Complementando os
474 informes da Secretaria do CONSEA, a Secretária-Executiva do MDS Márcia Lopes abordou o
475 momento de crise do ponto de vista do Governo, dizendo que cada denúncia gera preocupação e
476 cada comprovação e estarrecimento, sendo necessário resgatar a história e a trajetória política das
477 organizações, até chegarmos a esse ponto; manifesta que o momento é de preocupação, tristeza e
478 perplexidades, enfrentando-se ilações que nem sempre poderão ser esclarecidas agora e que só a
479 história esclarecerá, inclusive quanto às acusações injustas. A Secretária-Executiva do MDS

480 considerou ainda que o Governo não parou, os recursos estão sendo repassados, tem-se
481 trabalhado como nunca e executado o Orçamento, reproduzindo a mensagem do Presidente Lula
482 de que a nação precisa estar segura de que há comandante e equipes trabalhando. Em seguida, o
483 Conselheiro Renato Maluf apresentou informe sobre a LoSAN, informando que a proposta foi
484 aprovada pelo CONSEA e encaminhada à Presidência da República e ao MDS; a Casa Civil conduziu
485 a conclusão da proposta, mas a mesma deverá ser apresentada formalmente por um Ministério, no
486 caso o MDS. Para o fechamento do texto final, houve vários encontros entre a Casa Civil, o MDS e
487 representantes do CONSEA (Renato, Nathalie, Chico, Aloísio) visando garantir que a proposta do
488 Governo fosse a mais próxima possível da apresentada pelo CONSEA, o que resultou numa
489 formulação mais enxuta, sem alterações substantivas de conteúdo, mas sim de forma, concluindo-
490 se que muitas coisas são objeto de decreto e mesmo questões que poderiam gerar objeções não o
491 fizeram. O Conselheiro Renato Maluf acrescentou que se firmou o compromisso de que decretos
492 sejam publicados de imediato, após a sanção da Lei, e que o cronograma definido na última
493 reunião com a Casa Civil foi de se fechar a proposta final nos próximos dias, com consulta aos
494 Ministérios e, em seguida, envio da proposta ao Congresso, na segunda quinzena de setembro,
495 resultando em pequeno atraso em relação ao cronograma anterior; restará o processo de
496 mobilização para aprovação da Lei, com Seminário no Congresso Nacional no dia 19 de outubro e
497 outras iniciativas. Em seguida, passou-se para os informes sobre Santo Amaro da Purificação,
498 apresentados pelo representante da SEPPIR, Senhor Carlos Eduardo Trindade, que integrou a
499 representação do Governo Federal que visitou o Município, junto com representantes do MDS e MS.
500 O representante da SEPPIR informou que houve reunião com a Comissão Estadual que possui um
501 plano de ação, para o qual o Prefeito produziu as informações necessárias; depois da visita, houve
502 nova reunião em Brasília com a presença do prefeito, de representantes das vítimas, do CONSEA e
503 órgãos federais, tendo sido criada uma coordenação executiva ainda informal, com o MS, MDS,
504 SEPPIR e MMA, com acompanhamento da Casa Civil, , visando definir o Plano de Trabalho e
505 sistematizar as ações, visando evitar sobreposição; definiu-se pela destinação de recursos,
506 restando divergências quanto ao aproveitamento da escória; o Governo Federal atuará por meio do
507 MS, para ações emergenciais, e do MDS, para o Bolsa Família e ações da SESAN; a SEPPIR atuará
508 com interlocução com a sociedade civil. Finalmente, o Senhor Trindade informou que estavam
509 sendo analisadas as demandas do município, para definição do que cabe aos Governos Estadual e
510 Federal, após o quê haverá retorno ao Município para definição da continuidade das ações.
511 Complementando o informe sobre as ações em Santo Amaro da Purificação, a Conselheira Ana
512 Placidino informou haver ainda questões quanto à responsabilidade jurídica e indenizações às
513 vítimas, bem como impedimentos determinados pelo pacto federativo. Registrou a expectativa de
514 que esse seja um caso piloto de superação dessas limitações e de execução de ações concentradas,

515 sendo que, a exemplo de Dourados-MS, deve haver decisão política e monitoramento das ações
516 previstas. A Conselheira Ana Placidino acrescentou ainda que o CONSEA-BA deverá fazer esse
517 monitoramento junto ao Estado e Municípios e que Presidente Lula deverá fazer nova chamada aos
518 Ministérios, ao passo que o CONSEA deve continuar acompanhando o assunto. Dado o adiantado
519 da hora, o Presidente do CONSEA propôs que o informe sobre a Semana Mundial da Alimentação
520 fosse feito no período da tarde, o que foi aprovado pelos conselheiros. Sendo assim, deu início ao
521 item referente aos Encaminhamento das Instâncias, iniciando pela Comissão Permanente 5 - SAN
522 no Semi-árido. O Conselheiro Naidison Quintela apresentou informações sobre novo aditivo ao
523 Termo de Parceria com o MDS para construção de cisternas, manifestando sua preocupação com o
524 ano eleitoral; justificou o aditivo, considerado não haverem problemas com o convênio inclusive no
525 alcance às metas, tendo sido superadas com qualidade na execução; citou a execução até o
526 momento e o resultado em termos de maior qualidade de vida aos beneficiados. O Conselheiro
527 Naidison Quintela informou que o programa da construção de cisternas já encontra-se em 926
528 (novecentos e vinte e seis) municípios com 508.858 (quinhentas e oito mil, oitocentos e cinquenta
529 e oito) pessoas; o MDS fez dois convênios com a Embrapa Semi árido, um para avaliar a água das
530 cisternas (até o momento com resultados positivos) e outro para verificar se está sendo seguida a
531 metodologia proposta pela própria ASA. O Tribunal de Contas da União tem vistoriado as contas e
532 obras do programa; há mobilização para que processos sejam transparentes e públicas; e têm
533 ocorrido de seis a oito visitas por mês pela Controladoria Geral da União. O Presidente Francisco
534 Menezes consultou os conselheiros quanto às objeções ao aditivo; não havendo objeções, foi
535 aprovada a Recomendação de que seja formalizado o Aditivo ao Termo de Parceria. O Conselheiro
536 Carlos Eduardo Leite apresentou relato sobre os trabalhos da Câmara Temática 1 – Produção e
537 Abastecimento, informando que o debate sobre o PAA concluiu pela urgência no tratamento da
538 questão, não bastando apenas encaminhar a Recomendação, mas também buscar o diálogo
539 diretamente com os Ministérios, visando esclarecer divergências, suprir lacunas, esclarecer
540 contradições e discutir o conjunto de modalidades e os recursos alocados em cada uma delas. Em
541 seguida, o Conselheiro Carlos Eduardo Leite apresentou a proposta de Recomendação sobre a
542 Flexibilização da Lei Agrotóxicos, tendo em vista a demanda surgida com a manifestação dos
543 ruralistas conhecida como “Tratoração”; houve mobilização e esforço para lei rigorosa e a proposta
544 traz risco de retrocesso; diante disso, a Câmara Temática 1 manifesta-se propondo a abertura de
545 diálogo com a sociedade antes de qualquer alteração do decreto. O Presidente Chico Menezes fez a
546 leitura da minuta Recomendação, com o texto seguinte: “*O Conselho Nacional de Segurança*
547 *Alimentar e Nutricional - CONSEA, no uso de suas atribuições legais definidas no Artigo 2o. do*
548 *Decreto no. 5.079, de 12 de maio de 2004, e considerando que: o Estado Brasileiro tem obrigação*
549 *de respeitar, proteger e promover os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Saúde e Meio*

550 *Ambiente, previstos na legislação brasileira e assegurados nos tratados internacionais de direitos*
551 *humanos ratificados pelo Governo Brasileiro; a Constituição Federal Brasileira em seu artigo 225, §*
552 *1º atribuiu ao Poder Público a obrigação de controlar a produção, a comercialização e o emprego de*
553 *técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e meio*
554 *ambiente, no que se inclui o controle dos produtos fitossanitários; A Lei nº 7.802, de 11 de julho*
555 *de 1989, relativa a produtos fitossanitários e outros produtos, instituiu a exigência de que os*
556 *mesmos sejam previamente registrados para fins de produção, importação, exportação,*
557 *comercialização e utilização, atendidas as diretrizes e exigência dos órgãos federais responsáveis*
558 *pelos setores da saúde, da agricultura e do meio ambiente; o Estado brasileiro tem obrigação de*
559 *promover a defesa do consumidor e zelar pela saúde de todos (Artigos 5º., XXXII e 196); a*
560 *cidadania e a dignidade da pessoa humana são fundamentos do Estado Democrático Brasileiro (art.*
561 *1º, II e III); o Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que trata da regulamentação de*
562 *agrotóxicos no Brasil, constitui-se em um instrumento importante para minimizar ou impedir*
563 *decisões contrárias à segurança, ao bem-estar e interesses da população brasileira; o consumo de*
564 *agrotóxicos sempre terá um custo social e ambiental e o Brasil é um dos maiores consumidores de*
565 *agrotóxicos no mundo e o primeiro no âmbito da América Latina; e considerando também que a*
566 *proposta elaborada após o 'Tratoração' por parcelas importantes do setor produtivo inclui alterações*
567 *ao Decreto 4.074/02 com vistas a facilitar a comercialização de agrotóxicos, RECOMENDA ao*
568 *Excelentíssimo Presidente da República que sejam adotadas as seguintes medidas: (1) que*
569 *nenhuma modificação ao Decreto 4.074/02 seja realizada sem plena participação da sociedade civil.*
570 *Vale ressaltar que o processo de elaboração do Decreto 4.074/02 foi realizado de forma*
571 *transparente e participativa, tendo em vista inclusive a complexidade do tema em questão. O*
572 *anteprojeto do Decreto foi submetido pela Casa Civil à consulta pública em outubro de 2000. As*
573 *sugestões enviadas foram devidamente analisadas tendo várias das propostas sido contempladas*
574 *no mencionado Decreto, ampliando em seu texto a relevância concernente às questões da saúde e*
575 *do meio ambiente, tendência esta observada já há algum tempo principalmente nos países*
576 *desenvolvidos. Neste sentido, o CONSEA manifestou-se no sentido de que nenhuma alteração ao*
577 *Decreto seja realizada sem garantia de ampla participação de representantes da sociedade civil e*
578 *sem consulta pública; (2) que a proposta de extinção do Comitê Técnico de Assessoramento para*
579 *Agrotóxicos (CTA) não seja acatada pelo governo brasileiro. O CTA visa à harmonização do inter-*
580 *relacionamento dos setores da agricultura, saúde e meio ambiente no que se refere aos*
581 *procedimentos técnico-científicos e administrativos concernentes ao registro e à utilização de*
582 *agrotóxicos e, neste sentido, a necessidade de garantir a continuidade de sua atuação torna-se*
583 *incontestável. (3) que seja recusada a possibilidade de livre importação de agrotóxicos do*
584 *Mercosul, ou uma "flexibilização" aquém das exigências de avaliação toxicológica ou ecotoxicológica*

585 *hoje efetuadas no Brasil, pois se constitui em um grave risco ao meio ambiente e potencial violação*
586 *dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Vida e à Saúde, tanto dos consumidores de*
587 *produtos agrícolas quanto dos trabalhadores expostos. E, considerando que o princípio do livre*
588 *comércio, não pode, em hipótese alguma, sobrepor-se a legítimas preocupações com a proteção à*
589 *segurança alimentar e nutricional, à saúde e ao meio ambiente, sob pena de risco de violação de*
590 *direitos humanos fundamentais, o CONSEA reiterou posição de que o Governo Brasileiro deve*
591 *tomar todas as medidas cabíveis para garantir que a proposta de flexibilização aquém das*
592 *exigências de avaliação toxicológica ou ecotoxicológica atuais não seja acatada. (4) Que seja*
593 *garantida a fiscalização do uso de agrotóxicos nos alimentos, imprescindível para o*
594 *desenvolvimento da iniciativa de incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, em debate*
595 *no CONSEA, em parceria com os setores da saúde, educação, desenvolvimento agrário, ciência e*
596 *tecnologia. (6) Que o Governo Brasileiro não ceda à pressão de concentrar a avaliação e registro*
597 *dos produtos agrotóxicos em um único órgão, particularmente na agricultura, eliminando a*
598 *participação de outros setores diretamente envolvidos com o tema, como saúde e meio ambiente.*
599 *A eliminação da participação dos setores da saúde e meio ambiente se configuraria em um inegável*
600 *retrocesso por parte do Governo Brasileiro na medida em que a tendência mundial tem sido*
601 *exatamente no sentido de garantir, cada vez mais, a participação destes setores nos assuntos*
602 *concernentes ao tema". O Presidente do CONSEA consultou os conselheiros quanto à proposta, a*
603 *qual foi aprovada por unanimidade e será encaminhado pela Secretaria do CONSEA. O Conselheiro*
604 *José de Arimatéia propôs que os Estados sejam mobilizados para o assunto. O Presidente do*
605 *CONSEA passou a palavra à Conselheira Ana Lúcia Pereira, coordenadora da Comissão Permanente*
606 *2 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, a qual relatou a discussão dessa*
607 *instância sobre a anemia falciforme, que é desconhecida inclusive pelos profissionais de saúde. A*
608 *Comissão registrou preocupação com Portaria do Ministério da Saúde regulamentando*
609 *suplementação por ferro como uma ação universal, sem prever o diagnóstico da doença; a Portaria*
610 *determina que a criança com anemia falciforme não deverá receber a suplementação, mas não há*
611 *metas para o diagnóstico e identificação dessas crianças. Em função disso, a Conselheira Ana Lúcia*
612 *Pereira procedeu à leitura de Minuta de Recomendação, com o seguinte texto: "[O Conselho](#)*
613 *[Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, no uso de suas atribuições legais](#)*
614 *[definidas no Artigo 2o. do Decreto no. 5.079, de 12 de maio de 2004, com base Aem -proposição](#)*
615 *[apresentada pela Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra,](#)*
616 *[e considerando que a população negra representa 45% da população brasileira, inferior apenas à](#)*
617 *[da Nigéria, e que dos 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes existentes no Brasil,](#)*
618 *[respectivamente 64% e 69% são negras e negros, o que caracteriza sua situação de](#)*
619 *[marginalização, discriminação social, maior exposição à violência e às doenças e maior](#)*

620 vulnerabilidade à fome e aos riscos de insegurança alimentar e nutricional; considerando a
621 invisibilidade da população negra no tocante ao seu processo saúde-doença para a promoção da
622 segurança alimentar e nutricional, especialmente na questão da anemia falciforme, motivo pelo
623 qual a Comissão Permanente das Populações Negras do CONSEA dedicou-se, nos dois últimos
624 meses, a conhecer, avaliar e debater o Programa de Anemia Falciforme e o Programa Nacional de
625 Suplementação de Ferro, ambos do Ministério da Saúde; considerando ser a anemia falciforme uma
626 doença de origem hereditária e mais freqüente na população negra, sendo sua prevalência nesse
627 grupo de duas em cada mil pessoas, correspondendo ao dobro da ocorrência na população em
628 geral, estimando-se que cerca de trinta mil pessoas tenham a doença no Brasil; considerando ser
629 essa uma doença pouco conhecida, até mesmo pelos profissionais de saúde, o que dificulta seu
630 diagnóstico e tratamento; considerando que os sinais e sintomas da anemia falciforme são
631 perversos (anemia crônica, palidez, cansaço fácil, icterícia, dactilite, seqüestro esplênico, crises
632 dolorosas, dores musculares, infecções de repetição, úlceras de pernas, priapismo, entre outros) e
633 que a população com anemia falciforme morre com idade média de dezoito anos, 25% morre antes
634 dos quatro anos de vida, 50% morre com até dezesseis anos, 75% morre com até vinte e sete
635 anos e 90% morre com menos de trinta e nove anos; considerando que o excesso de ferro pode
636 acelerar o processo de hemólise e intensificar os sintomas da anemia, conforme consta em Naoum
637 (2000); e que a toxicidade por ferro pode ocorrer quando este nutriente se acumula no organismo,
638 causando vários danos aos órgãos como, fígado, coração e rins; considerando que o cuidado
639 adequado de doentes e portadores do traço de anemia falciforme depende do diagnóstico precoce,
640 aconselhamento genético, planejamento familiar, suporte familiar, garantia da realização da
641 segurança alimentar e nutricional e educação para promoção da saúde, nutrição e direitos
642 humanos; considerando que as estratégias que visem o controle das doenças falciformes devem
643 estar associadas ao reconhecimento das especificidades para a promoção da equidade, à melhoria
644 das condições de higiene, saúde pública, educação e promoção do exercício pleno da cidadania;
645 considerando que o Programa Nacional de Suplementação com Ferro não prevê o diagnóstico da
646 anemia falciforme; não considera as especificidades da população negra; e não prevê nem avalia o
647 impacto da implantação do Programa na população negra; e considerando finalmente que os
648 problemas de saúde que afetam a população negra hoje são conseqüências históricas decorrentes
649 do regime escravocrata do passado, que impediu o desenvolvimento humano e inserção social
650 desta população, e que o Estado tem uma dívida histórica com esta população, RECOMENDA ao
651 Excelentíssimo Senhor Presidente da República que sejam adotadas as seguintes providências: (1)
652 Condicionar o uso do suplemento com ferro ao diagnóstico prévio das anemias; Realizar campanha
653 de sensibilização da população quanto às implicações da anemia falciforme semelhante às
654 campanhas realizadas para a atenção para doenças como diabete e hipertensão; (2)

655 *Reconhecimento das especificidades do processo saúde-doença da população negra e tratamento*
656 *diferenciado conforme o preconizado no âmbito do SUS, com destaque para a equidade; (3) Maior*
657 *investimento no diagnóstico da anemia falciforme e ferropriva e divulgação dos dados; no*
658 *saneamento básico para promoção da saúde de forma global e para prevenção das anemias; (4)*
659 *Promoção da alimentação saudável como um direito humano deve ser a primeira opção para a*
660 *solução do problema alimentar e nutricional; (5) Formação de um cadastro nacional informatizado*
661 *e atualizado dos pacientes com anemia falciforme e promoção do aconselhamento genético e*
662 *planejamento familiar na população brasileira para a identificação do traço falcêmico; (6)*
663 *Implementação da fase II do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todo o território*
664 *nacional; Promoção do diálogo e a parceria entre a Coordenação Geral de Política de Alimentação e*
665 *Nutrição – CGPAN/DAB/SAS/MS e o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra do Ministério*
666 *da Saúde e a Comissão Permanente 2 do CONSEA, para a abordagem da doença no contexto da*
667 *implantação do Programa Nacional de Suplementação com Ferro; (7) Inclusão do diagnóstico de*
668 *anemia falciforme na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, no módulo de micronutrientes; (8)*
669 *Maior investimento no diagnóstico, tratamento e em pesquisas relevantes sobre a doença, como*
670 *por exemplo, a avaliação dos efeitos da suplementação e fortificação de alimentos com ferro na*
671 *qualidade e expectativa de vida dos pacientes com anemia falciforme; (9) Disseminação de*
672 *informações em linguagem adequada para os profissionais que atuam no setor saúde, assim como*
673 *para a população em geral sobre anemia falciforme e sobre os riscos implícitos aos pacientes com*
674 *anemia falciforme se suplementados com ferro sem a indicação de profissional competente; (10)*
675 *Capacitação dos profissionais que atuam no setor saúde sobre a problemática da anemia*
676 *falciforme; (11) Organização dos serviços de saúde municipais e estaduais para o diagnóstico e*
677 *tratamento da doença; (12) Produção de um 'Guia Nacional de Saúde da Família' que incorpore o*
678 *Programa de Anemia Falciforme".* A Conselheira Ana Lúcia Pereira complementou a proposta,
679 acrescentando que o Relator Nacional da Plataforma DHESC produziu um documento com essas
680 preocupações e o encaminhou ao Ministério da Saúde; e que na Conferência Nacional da Promoção
681 da Igualdade Racial, o MS assinou portaria sobre anemia falciforme, a qual foi suspensa a partir da
682 posse do novo Ministro. A Conselheira Ana Placidino complementou dizendo que houve reunião na
683 Ilha da Maré, quilombo urbano de Salvador, e que o xarope usado na suplementação já havia
684 chegado lá, representando risco para os portadores de anemia falciforme. Diante disso, a
685 Conselheira questionou se o Governo Federal irá honrar o compromisso do Fome Zero relativo ao
686 tratamento diferencial, ou se vai ser identificado como o Governo que mais matou crianças negras.
687 A Conselheira concluiu solicitando que seja revista a posição do Governo Federal. A Senhora
688 Patrícia Gentil, do Ministério da Saúde, informou que já se discutiu na Comissão Permanente 2 a
689 necessidade de rever o tema e que a Portaria sobre a anemia falciforme foi novamente assinada;

690 propôs revisão pontual do texto da Recomendação, visando melhorá-la. Como não houve consenso
691 a respeito da proposta, o Presidente Francisco Menezes informou que não seria possível concluir a
692 discussão naquele momento, propondo que a CP2 buscasse consolidar um texto consensual até a
693 retomada a Plenária, imediatamente após a videoconferência com os CONSEAs Estaduais. A
694 proposta foi aprovada. Com isso, o Presidente do CONSEA suspendeu a Reunião Plenária para o
695 intervalo do almoço e para a realização da Videoconferência com CONSEAs Estaduais, a partir das
696 14h. Às 17h, imediatamente após o encerramento da Videoconferência, o Presidente do CONSEA
697 retomou a XIV Reunião Plenária, iniciando por consultar a Câmara Temática 2 a respeito do texto
698 final da Recomendação relativa à anemia falciforme. A Conselheira Ana Lúcia apresentou a nova
699 proposta, com as seguintes alterações: (1) no caput, que passou a figurar com a seguinte redação:
700 | “Recomenda atenção à saúde da população negra, em especial aos portadores de anemia
701 falciforme, mediante **ajustes integrados** no Programa Nacional de Suplementação com Ferro,
702 **Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras**
703 **Hemoglobinopatias e outros programas no âmbito do Ministério da Saúde**” (alterações em negrito);
704 (2) nas recomendações, com acréscimo das seguintes: **Condicionar o uso do suplemento com**
705 **ferro ao diagnóstico prévio das anemias; Realizar campanha de sensibilização da**
706 **população quanto às implicações da anemia falciforme semelhante às campanhas**
707 **realizadas para a atenção para doenças como diabete e hipertensão** (alterações em
708 negrito).” Em seguida, foram apresentados questionamentos de ordem técnica por alguns dos
709 conselheiros, diante do quê o Presidente Francisco Menezes ponderou as implicações de se
710 recomendar que o início das ações massivas de suplementação de ferro do Governo Federal
711 ficassem condicionadas ao diagnóstico prévio da anemia falciforme em toda a população difícil. Em
712 função disso, o Presidente Francisco Menezes propôs que o encaminhamento da Resolução fosse
713 condicionado a uma avaliação mais detalhada da questão. Consultou a Plenária a respeito da
714 proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. Finalmente, o Presidente Francisco Menezes
715 reiterou a data da próxima Plenária, prevista para o próximo dia 27 de setembro, tendo como
716 pontos de pauta o Programa Bolsa Família, o Projeto de Lei Orçamentária de 2006 e a Segurança
717 Alimentar e Nutricional das Populações Negras. **ENCERRAMENTO:** Sem mais a tratar, o Presidente
718 do CONSEA agradeceu a participação de todos na XII Reunião Ordinária do CONSEA, encerrando os
719 trabalhos às dezessete horas e cinquenta minutos. Lavrou-se a presente Ata que, depois de
720 aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário,
721 Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada
722 pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 30 de agosto de 2005.

Francisco Menezes

Presidente

Ministro Patrus Ananias

Secretário